

## (In)Consequências da inadequação em saneamento na vida-morte da população negra brasileira



Izabela Penha de Oliveira Santos



Victor de Jesus

O saneamento básico é comumente reduzido ao abastecimento de água e ao esgotamento sanitário, ou somente a este. No entanto, inclui também as questões da drenagem pluvial (água da chuva) e dos resíduos sólidos (lixo). Assim, falta d'água, água sem pressão, água poluída, domicílios sem rede de esgoto e sem coleta de lixo, alagamentos e deslizamentos de terra por conta da água da chuva são algumas das vulnerabilidades socioambientais ligadas ao saneamento.

Geralmente, essas vulnerabilidades estão interligadas de modo que os territórios e populações vivenciam condições de inadequação sobrepostas. Na prática, isso se evidencia em casos de problemas hídricos, ora pela escassez de água para beber, ora pelo excesso de água da chuva sem drenagem e com acúmulo de lixo que causam alagamentos e deslizamentos em dias de chuva.

São Paulo, por exemplo, vivenciou uma grande seca entre os anos de 2014 e 2016, quando milhões de pessoas nas periferias da metrópole paulista sofreram com desabastecimento de água. Recentemente, vimos bairros do Litoral Norte de São Paulo deslizando morro abaixo por uma combinação catastrófica entre área de risco de deslizamento e vulnerabilidade socioambiental da população sem acesso à moradia digna e muito menos à infraestrutura básica segura.

Santos (2021) identificou essa mesma realidade vivenciada desde a década de 1990 em um bairro periférico de Guarulhos, na região metropolitana de São Paulo. Na região entre as encostas no Parque Estadual da Cantareira vivem cerca de 4.500 famílias sob riscos de deslizamento, riscos de doenças por contaminação de água, riscos de despejo e sob diversas condições de vulnerabilidade socioambiental, como a dificuldade de acesso à serviços de saúde básica e a estigmatização de corpos não higienizados. E, como se não bastasse o sentimento de esquecimento pelo poder público, a população ainda estava ameaçada a lidar com os impactos sociais e ambientais da extensão do aterro sanitário da cidade de São Paulo ao redor do seu bairro.

Contudo, esses problemas não são vivenciados por todas as pessoas da mesma forma. Muitas pesquisas mostram que bairros negros e pobres tendem a não ter todos os serviços de saneamento básico garantidos, isto é, há uma relação entre pobreza, racismo e falta/precariedade no acesso ao saneamento. Na cidade de São Paulo, por exemplo, os bairros

**Palavras-chave:** Racismo Ambiental; Saneamento Básico; Genocídio da população negra; Vulnerabilidade socioambiental.



Carolina Maria de Jesus e a antiga Favela do Canindé ao fundo. Fonte: Arquivo Público Municipal de Sacramento, Minas Gerais.

mais pobres sem acesso ao saneamento básico são também os bairros de maioria negra da cidade (INSTITUTO PÓLIS, 2022; SANCHES-BAPTISTA; SANTOS, 2022).

Nesse sentido, é necessário: i) aprofundar as discussões a respeito das problemáticas do racismo ambiental que limitam o avanço do saneamento básico no estado de São Paulo, e no Brasil de modo geral; ii) observar a interseccionalidade das desigualdades históricas que envolvem os direitos socioambientais; e iii) propor soluções que vão na raiz do problema a fim de avançarmos em políticas públicas afirmativas no setor de saneamento do país.

## Racismo ambiental, vulnerabilidade socioambiental e genocídio social

O racismo ambiental é uma dessas faces da desigualdade em saneamento, já que desde a sua origem nos anos 1980, Benjamin Chavis e a comunidade negra nos Estados Unidos denunciavam que as empresas escolhiam territórios negros e pobres para jogarem seus resíduos tóxicos. Ou seja, desde aquela época, classe e raça já andavam juntas. De lá para cá, o conceito de racismo ambiental tem sido atualizado para abarcar as injustiças ambientais racializadas, como as desigualdades em saneamento.

No Brasil, a população negra esteve desprovida de acesso a saneamento básico, desde os navios tumbeiros às atuais favelas, subúrbios, periferias, quebradas e palafitas, como é possível observar quais localidades não tem avançado e/ou ainda não tem infraestrutura de saneamento. Segundo o Censo de 2010, por exemplo, a população negra era 51% da população brasileira naquele ano, mas representa 59% da população sem rede de esgoto, 62% sem abastecimento de água, 69% sem coleta de lixo e 79% sem acesso a banheiro no domicílio (JESUS, 2020a, 2020b).

Essa desigualdade socioambiental, por sua vez, aflige sobretudo as mulheres negras, uma vez que domicílios chefiados por elas tendem a sofrer mais com a precariedade/falta de saneamento básico (IPEA, 2006, 2011). Além de serem sobrecarregadas por serem responsáveis tanto

pelo saneamento do lar quanto pelo cuidado e higiene de pessoas idosas e crianças. Desse modo, as vulnerabilidades em saneamento impactam profundamente o dia-a-dia de mulheres negras e pobres, como relatou Carolina de Jesus (2014) em seu diário de favelada, no qual ela expõe o sofrimento e os conflitos de coletar água diariamente, a poluição das empresas no seu território, a lama e a sujeira nos dias de chuva, as verminoses, as doenças e as mortes que a vizinhança era submetida, o lixo que não era recolhido e as perdas nos alagamentos causados pela chuva.

O resultado dessa realidade de racismo ambiental é que uma pessoa negra morre a cada 1h30 por doenças como diarreia, malária, verminoses e outras doenças oriundas da insalubridade ambiental nas habitações das famílias negras, que são expostas por falta de políticas públicas em seus territórios em face do racismo institucional. Esse cenário de precariedade e vulnerabilidade socioambiental produz efeitos mortais na população negra brasileira na medida em que, historicamente, a saúde e a vida da população negra têm sido afetadas pelo adoecimento e morte por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado. Somam-se a isso, os inúmeros casos de mortes de pessoas negras e pobres em desastres ambientais. Um quadro de genocídio social silencioso a partir da precarização da vida da população negra que lhe leva à morte - de forma estruturada desde o período escravocrata (JESUS, 2020a, 2022).

Estas são condições de precariedade e vulnerabilidade que se somam nas periferias brasileiras habitadas majoritariamente por pessoas negras, atuais na vida de tantas Carolinas do século XXI,



Reverendo Benjamin Chavis em protesto contra o descarte de lixo tóxico, Carolina do Norte, Estados Unidos. Foto: Ricky Stilley (UCC), 1983.

impondo uma subcidadania à população negra brasileira. Uma realidade que tem sido cada vez mais agravada pelos eventos extremos decorrentes das mudanças climáticas, como revelam os últimos casos de deslizamentos de moradia e perdas de vida ocorridos nos morros, nas favelas, nas periferias do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Recife e do Acre, por exemplo, apenas entre 2022 e 2023.

Diante disso, é importante se ater ao fato de que há uma escolha pela morte da população negra, quando não se propõe e não se executa políticas públicas que organizam e estruturam esses bairros, e, ainda, que isso é parte de uma injustiça climática que vulnerabiliza ainda mais esses espaços e pessoas às mudanças do clima. Ademais, são vitais práticas educativas e lutas políticas que se perguntem: qual a lógica da existência de favelas, becos, comunidades, mocambos, invasões, grotas, baixadas, palafitas ou vilas? Por que esses assentamentos não recebem infraestrutura de saneamento? Como isso se relaciona às dinâmicas do planejamento urbano higienista e do racismo ambiental? O que está em disputa para as próximas décadas?

Enfim, é importante e necessário que as pesquisas e as políticas públicas estejam sensíveis à relação entre racismo ambiental, vulnerabilidade e genocídio de modo que possam atuar para coibir as injustiças socioambientais e os processos brasileiros de genocídio. Torna-se imperativo que o dito Estado Democrático de Direito possa chegar para as famílias negras, indígenas e pobres de modo a garantir a sua humanidade, a sua cidadania e os seus direitos humanos. É urgente que o enfrentamento ao racismo ambiental esteja na agenda dos direitos humanos, dos movimentos sociais (negro, feminista, ambientalista, dos trabalhadores) e do Legislativo, Executivo e Judiciário brasileiro.

## Referências

INSTITUTO PÓLIS. **Racismo ambiental e justiça socioambiental nas cidades**. São Paulo: 2022. Disponível em: <https://polis.org.br/estudos/racismo-ambiental/>

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 2. ed. Brasília: 2006.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4. ed. Brasília: 2011.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

JESUS, Victor de. Racializando o olhar (sociológico) sobre a saúde ambiental em saneamento da população negra: um continuum colonial chamado racismo ambiental. **Saúde e Sociedade**, v.29, n.2, e180519, 2020a. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-12902020180519>

JESUS, Victor de. O racismo institucional das políticas públicas como entrave da cidadania brasileira: uma análise das políticas de saneamento básico. **Sinais - Revista de Ciências Sociais**, v.1, n.24, p. 98-117, 2020b. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/sinais/article/view/33556>

JESUS, Victor de. **O racismo mata!** Uma Sociologia Forense do genocídio da população negra brasileira. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.

SANCHES-BAPTISTA, Ana Claudia; SANTOS, Izabela Penha de Oliveira. O racismo ambiental na metrópole paulistana: entre os becos e vielas de São Paulo. **Revista da ABPN**, v. 14, n. Ed. Especial, p. 141-159, 2022. Disponível em <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1352>

SANTOS, Izabela Penha de Oliveira. **Crise hídrica**: desastre socialmente construído e injustiça ambiental no bairro Novo Recreio (Guarulhos, SP). Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) no Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Instituto de Energia e Ambiente, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

